
VENCE-DEMANDA: EDUCAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO

Rafael Sancho Carvalho da Silva¹

Um ritmo diferente da lógica colonial foi tocado por Luiz Rufino em seu livro *Vence-Demanda: educação e descolonização* (Editora Mórula, 2021). O cruzo da educação com a descolonização esteve na centralidade da roda conduzida pelo gingado de Rufino num texto em que não largou mão de seus referenciais sejam eles da capoeira, das encantarias, das pedagogias e de outros tantos cantos, pontos cantados e encruzilhadas lidas, gingadas e vividas pelo autor. O livro que resenhamos aqui não é um tratado sobre educação hermeticamente fechado em conceitos quadrados. Ele é fluido, com saídas típicas dos movimentos da capoeira e os contrastes dos conselhos de Sr. Zé Pilintra.

Luiz Rufino Rodrigues Júnior, que assina o livro como Luiz Rufino, é pedagogo formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2010 e possui mestrado e doutorado em Educação pela mesma instituição. Ele é autor de livros como *Histórias e saberes de jongueiros* (2014) e *Pedagogia das Encruzilhadas* (2019). Também assinou alguns trabalhos com Luiz Antonio Simas como *Fogo no Mato: A ciência encantada das macumbas* (2018), “Flecha no Tempo” (2019) e *Arruaças – por uma filosofia popular brasileira* (2020). Este último foi em parceria com Simas e com Rafael Haddock-Lobo.²

A trajetória de pesquisa de Rufino está intimamente relacionada com os debates em torno da cultura popular e da relação entre descolonização e educação. A decolonialidade é uma discussão transversalizada nas discussões e pesquisa deste autor. A produtiva parceria com Luiz Antonio Simas rendeu publicações em que a cultura popular, a encantaria, a educação e a decolonialidade estão dividindo os instrumentos no samba. *Vence-Demanda* é seu trabalho mais recente, até então, e deu continuidade a alguns debates lançados em outros trabalhos.

Publicado pela editora Mórula Editorial em 2021, *Vence-Demanda* é uma obra que se propõe a provocar os educadores a refletirem sobre que papel a educação está sendo exercida e qual o caminho para torná-la emancipadora. Neste trabalho, Rufino evoca ensinamentos das macumbas brasileiras para sacudir o assombro colonial que aprisiona e violenta cotidianamente

¹ Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia. Professor de História do Brasil e da Bahia da Universidade Federal do Oeste da Bahia. E-mail: rafael.silva@ufob.edu.br.

² As informações foram coletadas no currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/9099503965867611>.

a sociedade. Para isso, ele nos lembra que “Não basta catar a folha, é preciso saber cantá-la”. (RUFINO, 2021, p. 6). Ao chamar os ensinamentos dos caboclos que descem nos terreiros, Rufino solta o brado apostando “[...] na educação, que é aqui lida como força de batalha e cura”.

O título do livro é uma referência a planta cujo nome popular é *vence-demanda* e que possui propriedades medicinais e ritualísticas que lhe dar um atributo de “planta mágica ou planta de poder.” (RUFINO, 2021, p. 4) A apresentação do livro conta com a descrição da planta, dos termos ‘Educação’ e ‘Descolonização’ e de uma breve introdução expondo os propósitos da obra. A orelha do livro foi assinada por Nilma Lino Gomes e chama atenção para a reflexão proposta pelo livro acerca das emergências dos debates sobre as saídas para os tempos de crescimento da violência e da desigualdade no mundo e entrega pistas para os leitores como as soluções emergidas dos saberes ancestrais.

O livro está dividido em oito seções. Sendo a primeira intitulada *Vence-demanda* que é uma apresentação e que já expomos anteriormente. A segunda seção é intitulada “Qual a tarefa da educação?”. Nela, Rufino faz uma análise dos tempos fraturados, na qual o autor associa o tempo colonial com a destruição de referenciais sociais e culturais dos povos submetidos à violência colonialista. A partir daí inicia uma reflexão sobre a tarefa da educação:

Para os seres que habitam as margens e esquinas do planeta, para as vidas alteradas pela violência colonial e para aqueles que desfrutam dos privilégios, da proteção, e dos poderes herdados e mantidos nessa arquitetura de violência e exclusão, a educação não pode ser meramente entendida como uma política de preparação para o mundo ou como forma de acesso à agenda curricular vigente. A educação não pode gerar conformidade e alimentar qualquer devaneio universalista. A educação não pode estar ligada a qualquer defesa de desenvolvimento humano e de seu caráter civilizatório que esteja calçada em uma única lógica. Em outras palavras, a educação não pode estar a serviço do modelo dominante, pois ela, em sua radicalidade, é a força motriz que possibilita enveredarmos e nos mantermos atentos e atuantes nos processos de descolonização (RUFINO, 2021, p. 10).

Ou seja, a tarefa da educação teria dois caminhos: 1) preparar os indivíduos e seus corpos para exercerem papéis diversos numa sociedade moldada na violência colonial; 2) participar da formação e reflexão sobre a imposição de mundo do projeto colonialista de modo que o posicionamento desses indivíduos possa romper com a lógica de dominação e para a construção de uma nova agenda para a sociedade. O primeiro caminho é claramente conciliatório e invalida a superação das contradições do capitalismo e da lógica de dominação

de uma sociedade eurocêntrica. Nela a educação seria, e é, um instrumento de sustentação da lógica da violência colonial. O segundo caminho está voltado para o rompimento das amarras impostas pelo colonialismo não só para a organização da sociedade, mas para a dominação cultural, estruturação política e exploração econômica e ambiental.

Portanto, se a educação se propõe como libertadora, ela precisa romper com a lógica da violência colonial e com a perspectiva bancária de ensino. Ela precisa estar atenta aos modos de rompimento com a lógica dominante. Assim, ele diz que “a principal tarefa da educação, enquanto radical de vida e diversidade, seja a descolonização” (RUFINO, 2021, p. 13).

Na terceira seção – “Desaprender o cânone” –, Luiz Rufino convoca uma reflexão sobre o ato de aprender, desaprender e esquecer como modo de operar a lógica de imposição cultural na qual a escola contemporânea está inserida. O ato de desaprender foi apresentado como uma manifestação de resistência diante do “único saber possível” da educação colonizada (RUFINO, 2021, p. 19).

A educação colonial acentua a violência e o esquecimento das referências sociais e culturais dos grupos subalternizados como parte da estratégia de dominação. Sendo assim, a descolonização educacional teria na desaprendizagem do cânone como uma das estratégias de resistência e reexistência. (RUFINO, 2021, p. 22-23) Luiz Rufino também ressaltou que o desaprender o cânone não significa negar os saberes, mas destronar as construções de conhecimento. (2021, p. 23) Este alerta é necessário em tempos de negacionismos e revisionismos que corroboram com as expressões de poder colonialistas.

A quarta seção, intitulada “Descolonizar é um ato educativo”, enfatiza a noção do colonialismo como “violência em seu estado primeiro” (RUFINO, 2021, p. 26). Luiz Rufino reforça que o colonialismo se manifesta com sua violência numa guerra inacabada desenrolando-se no âmbito militar, político, social, cultural, econômico e ambiental. Os povos submetidos à violência colonial vivenciam a destruição das referências históricas de seus antepassados (RUFINO, 2021, p. 27). A análise do *modus operandi* da violência colonial tem sustentação em autores como Franz Fanon e Ailton Krenak.

A história do Brasil contou com diversas formas de submissão da violência colonial como as “guerras justas” que subjogava através da violência militar os povos indígenas que não estivessem submetidos ao processo de dominação colonial. Assim, a Coroa portuguesa e a Igreja católica estavam intimamente entrelaçadas na estrutura da guerra colonial que centralizou a Europa como referência de mundo nas terras brasileiras. Tal processo enraizou as referências

da violência dominadora colonial através de variados aspectos da sociedade e a Independência brasileira não deve ser confundida como descolonização (RUFINO, 2021, p. 29). Afinal, as referências eurocêntricas de Estado e sociedade continuaram no Brasil como forma de sustentação das relações de poder da classe dominante.

Por isso, é preciso entender a educação e a descolonização como um redimensionamento dos vazios e o alargamento dos saberes para superação das cicatrizes coloniais:

A educação como ato de descolonização entende a cura não como um apagamento da dor, mas como um cuidado que redimensiona os vazios que existem em nós, resultado de quebrantos que nos foram postos. Essa escassez deve ser transmutada em presenças vibrantes, pujantes de vivacidade, alargadoras de gramáticas e de mundos (RUFINO, 2021, p. 31-32).

Desaprender o cânone, então, seria uma forma de recorrer aos conhecimentos lançados na vala do esquecimento. A descolonização seria um ato educativo em constante luta contra todo um processo de dominação social e cultural. Dessa forma, qualquer forma de educação libertadora deveria estar comprometida com a superação da dominação colonial (RUFINO, 2021, p. 35-37).

Para seguir na discussão da relação entre a educação libertadora e a descolonização é que a quarta seção juntou Exu e Paulo Freire como escrito em seu título (Exu e Paulo Freire: para as esquinas do mundo). Os saberes de Exu, de acordo com Rufino, seria “um dos principais indicadores da não redenção do projeto colonial” (2021, p. 41). A lógica de Exu seria inverter o erro em acerto. Ou seja, destronar a lógica do conhecimento que baliza o poder colonial em superação da violência instituída historicamente. Paulo Freire lança um pensamento no qual o sujeito rompe a lógica da insubordinação imposta pelo opressor (RUFINO, 2021, p. 45).

A quinta seção, intitulada “Gira Descolonial: para os campos de batalha e a sereia do mar”, foi iniciada com um ponto cantado de caboclo. A explicação era que “Esse verso, ponto cantado, é uma arma, um feitiço de cura dos afetados pelo conjunto de violência trazidas nas naus do desenvolvimento capitaneadas pelos fantasmas da espoliação e rapinagem” (RUFINO, 2021, p. 49). Nesta seção, Rufino marca a necessidade de um posicionamento rigoroso diante da violência colonial. Assim, a descolonização não pode ser entendida como um recurso discursivo, mas sim como uma postura a ser assumida por indivíduos comprometidos com uma educação libertadora (2021, p. 52).

A sexta seção chamada “A escola dos sonhos” aciona a metáfora da escola-palmeira que deixa rastros através daqueles que a vivenciam e explica que a escola e experiência educativa não podem ser consideradas como uma coisa só. A escola está edificada num chão que vivenciou a história e as formas de resistência e reexistência de quem sofreu a violência colonial. Assim, a escola, enquanto instituição, foi construída dentro da lógica da colonização através da perspectiva bancária e catequista:

No Brasil, a educação escolar comeu na gamela da colonização, foi investida para perpetuar as dimensões de saber e poder do modelo dominante. A catequese operou como escola, e a escolarização da colônia pela metrópole plasmou um currículo que não é restrito aos herdeiros do seu protetorado. Pelo contrário, seu conteúdo está em todos os lugares e em diferentes bocas, disseminando as linguagens que sustentam o padrão de existência que divide o mundo em opressores e oprimidos, colonizadores e colonizados. Vivemos num país blindado pela égide do Estado colonial, com o racismo, a escravidão, o patriarcado, a grilagem e o furto como motores do acúmulo econômico que se concentra em uma parcela ínfima de sua população (RUFINO, 2021, p. 59-60).

Paulo Freire é referência utilizada por Rufino para apontar a responsabilidade das escolas sendo atrelada com a leitura social e cultural das comunidades nas quais estão inseridas (RUFINO, 2021, p. 61-62). Ou seja, uma escola que não esteja comprometida com os saberes que circulam ao seu redor e com as memórias dos antepassados daqueles que a frequentam, está, na verdade, comprometida com as relações de poder das camadas beneficiadas com a violência colonial. Assim, a perspectiva educacional precisa dialogar mais com as bases comunitárias do que com as propostas bancárias de transmissão de conteúdo.

A última seção intitulada “Guerrilha brincante” analisa o papel das brincadeiras não só para a vida infantil, mas como forma de transgressão e reposicionamento no mundo. Rufino explica que o olhar sobre a infância segue uma lógica “adultocêntrica” o que reduz o papel das brincadeiras ao longo do crescimento dos indivíduos. Assim, ele evoca os movimentos da capoeira e as tradições de pega de boi no Ceará para discutir o ato de brincar como uma forma de olhar o mundo. As brincadeiras podem ser como a capoeira que mexe com o contraditório ao mesclar a rigidez dos golpes com movimentos leves. Assim, Rufino também explica que o ato de brincar seria uma maneira de descansar da sisudez do mundo (2021, p. 77-78).

A obra *Vence-Demanda* possui uma escrita simples e bem articulada. Luiz Rufino convoca para o desafio do engajamento numa educação libertadora. Ele aponta caminhos, ou

melhor, as encruzilhadas. Porém, para percorrê-las é preciso ter bastante discernimento do que temos da veste colonial e do quanto precisamos estar dispostos a mergulhar nas trilhas por conhecimentos transgressores para confrontar e nos curar de toda violência imposta e moldada por séculos.

A obra é indicada para estudiosos das temáticas relacionadas com a decolonialidade e educação. É uma leitura urgente não só para os vários agentes da educação, como também para refletirmos sobre quais bases devemos pensar os projetos educacionais. A violência colonial fundada nos massacres sobre corpos, história, memórias e saberes não cessará enquanto não entrarmos na gira decolonial proposta por Rufino. Urge ouvir a rua e os saberes encantados das vozes silenciadas pelo projeto colonial.

Referência

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda**: educação e descolonização. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.